

CCBE-INFO

Newsletter



Foco especial:
*A Lei sobre
Inteligência Artificial*

**Special
Focus**

2

**European
Lawyers' Day
2021**

5

**Main CCBE
events &
activities**

7

Foco especial: *A Lei sobre Inteligência Artificial*

Entrevista de Jiří Novák, Presidente do Comité de Legislação de TI do CCBE

Qual é a proposta da Lei sobre Inteligência Artificial?

Do ponto de vista jurídico, trata-se da proposta de regulamento que estabelece regras harmonizadas em matéria de inteligência artificial. Também chamado de Artificial Intelligence Act, ou AIA abreviado. Em termos de âmbito de aplicação, é um regulamento geral que visa cobrir todos os aspectos jurídicos da inteligência artificial de forma semelhante ao conhecido Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

O AIA pretende regulamentar toda uma nova área da actividade humana. Ou devo dizer uma área de actividade de inteligência artificial? A inteligência artificial existe, embora ainda não na extensão que muitos de nós imaginamos com base em tantos filmes de ficção científica. Com o AIA, penso que os legisladores estão a acompanhar melhor do que habitualmente, os desenvolvimentos tecnológicos e a Comissão Europeia não é a única organização a trabalhar em formas de regulamentar a inteligência artificial. O [Conselho da Europa](#) - e especialmente seu [comité CAHAI](#) - também estuda uma possível estrutura legal para a inteligência artificial. O CCBE é membro deste comité e o comité jurídico de TI do CCBE acompanha o seu desenvolvimento.

A proposta da Lei sobre Inteligência Artificial permanece na vanguarda dos desenvolvimentos legislativos europeus em IA.



Jiří Novák, Chair of the CCBE IT Law Committee

Qual impacto que a Lei sobre Inteligência Artificial pode ter na justiça?

Vivemos numa época em que podemos assistir a circunstâncias bastante extraordinárias. O desenvolvimento da tecnologia está a dar origem a um novo direito que não existia. Ou pode dizer-se que existiu, mas nunca foi necessário defini-lo. Esse é o direito a um juiz humano.

Estou a referir-me, é claro, a ideias que não surgirão tão cedo, mas estamos aqui hoje, como mencionei há pouco, a definir as condições sob as quais a IA deve operar. E as discussões que ocorrem - não apenas no CCBE - na formação dos princípios básicos da IA, têm mostrado como é fácil aceitar a noção de que a IA pode julgar disputas judiciais. É fácil imaginar que as decisões sejam tomadas muito mais rapidamente e talvez até melhor, por exemplo, excluindo a visão de mundo individual, talvez peculiar, de um juiz.

Em questões de facto e legalmente mais simples, como sejam multas de estacionamento ou multas por excesso de velocidade, a ideia de tomada de decisões através de IA pode não ser tão preocupante. Afinal, muitas cidades europeias e Estados-Membros já processam essas infrações usando algum modo de automação por meio de algoritmos. Talvez a inteligência artificial seja uma ferramenta demasiado grande para lidar com esses processos. Menciono esse exemplo porque no contraponto dessa ideia existe o contencioso, seja civil ou criminal, que requer não apenas a interpretação de um complexo conjunto de provas, mas também uma avaliação jurídica cuidadosa, uma vez apurados os factos.

Talvez futuramente venha a existir inteligência artificial que possa estabelecer adequadamente os factos com base na prova disponível e avaliar a lei, em conformidade. Mas a questão que se coloca é bastante filosófica e diversa.

Em primeiro lugar, a percepção actual da inteligência artificial é que a sua tomada de decisão é baseada em experiência passada, ou seja, em dados que aprendeu a interpretar. A vida traz muitas situações novas e, portanto, a lei, que deve responder a elas, também permanece em evolução. O sistema da Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais é um bom exemplo. Desde o seu início, que os direitos e liberdades consagrados na Convenção evoluíram em resposta ao desenvolvimento da nossa civilização. Por exemplo, a interpretação do conceito de 'correspondência' no contexto do direito à privacidade é muito mais ampla hoje do que era quando os autores da Convenção a redigiram, há mais de setenta anos. [A Convenção é um instrumento vivo](#) e só o tempo dirá se a inteligência artificial será capaz de adoptar uma abordagem semelhante para interpretar a lei.

O segundo ponto a considerar é mais crucial, se a própria IA será capaz de moldar a lei por interpretação. Na sua fase inicial, a tomada de decisão judicial nada mais é do que uma avaliação da conformidade das **acções com as regras de comportamento consagradas na lei e posteriormente interpretadas (o sistema jurídico-legal de base continental)** ou definidas pelas próprias decisões dos juízes (o sistema com base na "common law"). Dessa forma, os juízes influenciam a sociedade e orientam o comportamento desejado de quem a integra. Se deixarmos isso para a inteligência artificial, permitindo que ela julgue, então as regras morais do comportamento humano não serão mais determinadas por seres humanos, mas pela inteligência artificial. A humanidade quer ser subordinada às máquinas? Acho que não, e talvez não seja o único com esta opinião, e o direito a um juiz humano está rapidamente a tornar-se como uma parte importante do debate sobre o papel da inteligência artificial no sistema de justiça e o princípio do direito a um julgamento justo.

Respondendo à pergunta, não acredito que os legisladores venham a permitir que a Inteligência Artificial decida em questões judiciais. No entanto, a necessidade de agilizar o processo judicial levará ao uso de inteligência artificial sempre que possível, por exemplo, na análise da jurisprudência aplicável. Mesmo os estudos actuais sobre inteligência artificial indicam que seu desenvolvimento e uso precisam seguir princípios estritos, como o princípio da explicabilidade (motivação e fundamentação das decisões). Isso também se aplica ao uso da inteligência artificial na justiça.

Qual é a posição do CCBE sobre esta proposta?

O papel do CCBE tem sido sempre o de proteger o Estado de Direito, os valores democráticos e os direitos humanos. Isso não é diferente no âmbito de actuação do Comité de Direito de TI, que abarca a inteligência artificial e a sua regulamentação. Afinal, a posição do CCBE sobre a Lei da Inteligência Artificial, aprovada pelo Comité Permanente em Outubro deste ano, não foi a única, nem mesmo a primeira declaração do CCBE sobre inteligência artificial. O CCBE IT Law Committee trabalha há muito tempo nesta matéria, e a posição pode ser conhecida, por exemplo, nos comentários à comunicação sobre a digitalização da Justiça na UE, na resposta à consulta sobre o Livro Branco da Comissão sobre Inteligência Artificial, bem como nas suas próprias considerações quanto aos aspectos jurídicos da Inteligência Artificial.

Documento com a posição do CCBE sobre a Lei da Inteligência Artificial

No documento que refere a nossa posição adoptado em 8 de outubro de 2021, o CCBE exorta as instituições da UE a adoptarem disposições específicas relativas à utilização de IA no domínio da justiça. O CCBE considera que todo o processo de tomada de decisão deve permanecer uma actividade impulsionada por seres humanos e devem juízes humanos assumir integralmente a responsabilidade por todas as decisões. O direito a um juiz humano deve ser uma garantia em todas as fases do processo. Além disso, o CCBE salienta que a proposta deve excluir a utilização de ferramentas de IA que possam violar os direitos fundamentais da Pessoa, como o policiamento preditivo (antecipação de infracção). Os princípios de transparência e explicabilidade (motivação e fundamentação) devem ser estritamente observados quando a IA é usada por autoridades policiais. A proposta deve conter uma proibição clara quanto à pontuação social e ao reconhecimento automatizado de características humanas em espaços públicos. Deve limitar o uso e aplicação dos sistemas de IA que violem o acesso ao exercício de direitos e benefícios sociais. Deve haver uma proibição ou moratória sobre o uso de tecnologias automatizadas no controlo de fronteiras e de migração até que sejam devidamente avaliadas, de forma independente quanto ao cumprimento das normas internacionais de direitos humanos. Além disso, o CCBE sublinha que devem ser adoptadas disposições específicas sobre matéria de responsabilidade causada por IA.

Dia Europeu do Advogado Europeu 2021

#ELD2021

O Dia Europeu do Advogado (ELD) celebra-se todos os anos a 25 de Outubro para realçar os valores comuns dos Advogados e o seu papel intrínseco na defesa e promoção do Estado de Direito, bem como a sua contribuição para o sistema de justiça. O ELD é organizado no âmbito do **Dia Europeu da Justiça**, uma efeméride criada para aproximar a justiça dos cidadãos e promover o trabalho do Conselho da Europa e da Comissão Europeia no domínio da justiça. O Dia Europeu da Justiça visa informar os cidadãos sobre os seus direitos e reforçar a sua confiança nos sistemas judiciais, procurando familiarizar os cidadãos com os novos desenvolvimentos da profissão de Advogado.

“

European Lawyers' Day is an important momentum to highlight lawyers' irreplaceable role in the justice system and in the defence and promotion of the rule of law.

Justice cannot function properly without independent lawyers and bars. Lawyers' independence is a prerequisite to properly defend clients, including in their actions against the State, to build trust between lawyers and their clients, to preserve the rule of law and to fulfil lawyers' crucial role to prevent the abuse of powers.

—
Margarete von Galen
 CCBE President



Não existe justiça sem advogados independentes!

O tema ELD deste ano foi **“Não existe justiça sem advogados independentes”**. A independência do Advogado e da Ordem dos Advogados, constitui um elemento essencial para que a profissão jurídica cumpra a sua missão de defender devidamente os cidadãos, incluindo acções contra o Estado, para construir a confiança entre os advogados e os seus clientes, para preservar o Estado de Direito e para cumprir o importante e insubstituível papel de prevenir o abuso de poder. É também uma oportunidade para lançar alguma luz sobre ataques a advogados, que

muitas vezes estão relacionados com os seus clientes ou com as causas dos clientes. Hoje em dia, os Advogados ainda são perseguidos, ameaçados, identificados com os seus clientes, presos, processados e até assassinados em razão de sua actividade profissional, inclusive na Europa. A ELD 2021 foi também uma oportunidade para reiterar a necessidade de uma Convenção Europeia vinculativa sobre a profissão de Advogado, a fim de preservar a independência da profissão de Advogado, a integridade da administração da justiça e o Estado de Direito.

A necessidade de uma Convenção Europeia sobre a profissão de Advogado



Além disso, o CCBE organizou um evento em concreto: uma Mesa Redonda *online* intitulada “Um instrumento jurídico vinculativo para as profissões jurídicas: uma necessidade para boa administração da justiça e respeito pelo Estado de Direito”. Com base nas conclusões do estudo de viabilidade sobre “um novo instrumento jurídico europeu vinculativo ou não vinculativo para a profissão de Advogado – eventual valor acrescentado e respectiva eficácia”, elaborado por Jeremy MacBride sob os auspícios do Comité Europeu para a Cooperação Jurídica (CDCJ), o objectivo do debate era reunir representantes do Conselho da Europa, Advogados e representantes de organizações de Advogados para discussão da necessidade de uma Convenção Europeia sobre as Profissões Jurídicas. Este evento reuniu 120 participantes - mais disponíveis no site do CCBE.

O evento iniciou-se com um discurso introdutório da Presidente do CCBE, Margarete von Galen, que sublinhou o forte apoio do CCBE a um novo instrumento jurídico

vinculativo para a profissão de Advogado. A este respeito, referiu a posição do CCBE adoptada em 8 de outubro de 2021, que reitera razões imperiosas para a adopção de um novo instrumento jurídico vinculativo. Em primeiro lugar, proporcionaria às jurisdições nacionais e ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem novas disposições jurídicas adicionais com processos relativos à profissão de advogado. Em segundo lugar, tal instrumento jurídico vinculativo seria acompanhado por um mecanismo de implementação que poderia consistir num mecanismo de reclamação, com um órgão responsável para decidir sobre reclamações individuais ou colectivas, sobre o não cumprimento das normas estabelecidas no instrumento, ou alternativamente num sistema de relatórios periódicos dos Estados-Membros do Conselho da Europa, sujeitos ao contributo de Advogados, Ordens, Sociedades de Advogados e respectivas associações internacionais, como o CCBE, com possibilidade de recomendação do Comité de Ministros.

A sua intervenção foi seguida do discurso do responsável pela Direcção dos Direitos do Homem do Conselho da Europa, Christophe Poirel, que recordou que *“a liberdade de exercício da profissão de Advogado é indispensável para a plena concretização do direito fundamental a um julgamento justo, garantido pelo artigo 6º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. É inegável que a adopção de um futuro instrumento jurídico neste domínio, que permita uma melhor protecção dos Advogados no exercício da profissão, contribuiria para o reforço da democracia, o Estado de Direito e dos direitos humanos, que constituem a própria essência do Conselho da Europa.”*

A discussão foi moderada por Laurent Pettiti, Presidente do Grupo de Trabalho da Convenção Europeia do CCBE, tendo participado Christoph Henrichs, Vice-Presidente do Comité Europeu para a Cooperação Jurídica (CDCJ), Frédéric Krenc, Juiz do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e Diego García-Sayán, Relator Especial da ONU sobre a Independência de Juízes e Advogados.

Durante a sua apresentação, o Vice-Presidente do CDCJ afirmou que *“um novo instrumento europeu deve definir as normas de modo preciso e abrangente. Este instrumento jurídico, vinculativo ou não vinculativo, seria um passo em frente tanto para os Advogados como para os seus clientes, desde que o nível de direito e protecção seja superior ao existente e os Estados-Membros concordem com a sua aplicação.”*

Frédéric Krenc, juiz do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, insistiu no papel crucial dos Advogados na defesa dos direitos dos cidadãos e do Estado de Direito, confirmando o estatuto especial do Advogado como agente da justiça que, por conseguinte, requer protecção especial tanto no âmbito processual, como fora do tribunal.

O Relator Especial da ONU sobre a independência de juízes e Advogados reiterou seu forte apoio a um novo instrumento jurídico vinculativo sobre a profissão de advogado e sublinhou que seria crucial que esta futura Convenção, caso seja adoptada, esteja aberta a países não outorgantes do Conselho da Europa. Salientou ainda o importante trabalho desenvolvido pelo CCBE no apoio aos Advogados em risco de extinção em todo o mundo e que valoriza muito a excelente cooperação criada entre ele e o CCBE.

Principais eventos e actividades do CCBE

Digital Justice Ministerial Forum

The CCBE President, Margarete von Galen, participated in the Digital Justice Ministerial Forum on 12 October 2021, hosted by the European Commission. The Forum focused on the digital transition of justice systems in the EU, highlighting the challenges and opportunities in this area. The CCBE president intervened in a session dedicated to the overall EU approach to digitalisation in light of the general principles and needs of society and various legal professions. She shared her views on the impact of new digital technologies and Artificial intelligence on the access to justice as well as on the quality of the justice system.



High-level policy dialogue “How to secure compliance with the Rule of law?”



On 15 October 2021, the CCBE President participated in the high-level policy dialogue “How to secure compliance with the Rule of law?” organised by the School of Transnational Governance in Florence, Italy. A prominent number of participants, including Věra Jourová (Vice-President of the European Commission), exchanged views on topics such as judicial independence, media pluralism, and COVID-19 related measures.

Conference on Fundamental rights and the rule of law

On 4 November 2021, the CCBE Secretary-General, Simone Cuomo, participated in the panel discussion on Justice during a conference on “Fundamental rights and the rule of law – Civil society perspectives on the European Rule of Law Mechanism” organised by the European Economic and Social Committee (EESC). He stressed that the rule of law cannot exist without access to justice, and lawyers are key in ensuring access to justice by helping persons to assert and enforce their rights when they are being violated. The role of Bars and Law Societies to guarantee lawyers’ independence and professional integrity is therefore a crucial component of the rule of law which requires constant protection.



CCBE October Standing Committee



After more than a year and a half of online meetings due to the COVID-19 pandemic, the CCBE held a presential Standing Committee on 8 October in Brussels. The main topics on the agenda included the adoption of the CCBE positions on the [Anti-Money Laundering legislative package](#), on the [Artificial Intelligence Act](#), on the need for a [European Convention on the profession of lawyer](#), as well as on the consultation on the [evaluation of the Victims' Rights Directive](#) (See further details on the adopted position papers hereafter). The CCBE furthermore unanimously adopted a [statement](#) expressing its deep concern with respect to the ruling of the Polish Constitutional Tribunal (case nr. K13/21 dated 7 October 2021) stating that accepting European Law over Polish Law is incompatible with Polish Constitution. In its statement, the CCBE reiterated that all EU member states must respect signed treaties and rulings of the Court of Justice of the European Union and restated that EU values and principles must be equally applied.

The CCBE was also delighted to welcome Emmanuel Crabit, Director of Fundamental rights and rule of law, DG JUST, European Commission, who presented the [2021 Rule of law Report](#) and the [EU Justice Scoreboard](#). Mr Crabit thanked the CCBE for its contribution and support in gathering the information for both reports. He highlighted that the Rule of Law Report recognises the importance of lawyers for an effective and independent justice system. He also responded to a range of questions and views expressed by CCBE members on the report.

CCBE views on the evaluation of the Victims' Rights Directive

In October 2021, the CCBE adopted and submitted [its response to the public consultation entitled "Supporting crime victims – evaluation of the Victims' Rights Directive"](#). In its contribution, the CCBE considers that the Directive was a positive step towards ensuring victims' rights. Regarding further potential improvements, it is stressed that the inclusion of the term "alleged victim" in addition to the term "victim" could be envisaged in order to find the right balance between procedural rights for victims and those recognised for accused persons. Moreover, the contribution proposes that victims' rights could be strengthened with regards to the right to interpretation and translation, the right to receive information about one's case, and the right to legal aid. Among other points highlighted by the CCBE were the right of the victims and/or their lawyers to access and copy the criminal case file and a better consideration of the role of lawyers.

CCBE Workshop to enhance the cooperation between Bars



On 7 October, the EU Lawyers committee organised a workshop entitled “How to enhance the cooperation between Bars”. The idea of the workshop was to organise a working level exchange for local, regional, and national Bars and indicate how the cooperation between Bars should work. The workshop was opened and moderated by Joanna Wisła-Płonka, Chair of the EU Lawyers Committee, and focused on three topics presented by three CCBE experts: Carlo Forte, Luc Vanheeswijck, and Stéphanie Alves. Each presentation was followed by a Q&A session. The following topics were discussed: 1) Administrative cooperation in the TFEU and the different cooperation systems in force (IMI, Solvit, etc.); 2) Cooperation between national Bars in the field of Establishment Directive (legal basis: Directive 98/5); 3) Cooperation between national Bars through the CCBE. Among the most important conclusions one should highlight the need for and importance of exchange of information between Bars and a need for reflexion on tools that would make this exchange easier.

Final stretch towards a model code of conduct

The [preamble](#) and the [model article on fees](#) of the CCBE model code of deontology were adopted on 8 October 2021. They follow the adoption of model articles on relations between lawyers in May 2021, relations with clients in 2020, the independence of lawyers in 2017, and model articles on conflict of interests and confidentiality in 2016. As a final step, the complete set of provisions will be submitted for approval to the December CCBE Plenary Session. Once adopted, these provisions will form a model code of deontology which will be a non-binding source of inspiration for Bar Associations and Law Societies when drafting or revising their own national codes of deontology.

Regulation of legal services

The CCBE adopted [comments](#) on DG GROW studies which were published recently: [“Study on the impact of regulatory environment on digital automation in professional services”](#) and a summary report of a study entitled [“Mapping and assessment of legal and administrative barriers in the services sector”](#). The paper discusses specific assumptions and findings of the studies and highlights their shortcomings in a detailed manner. Moreover, the comments criticise the overall approach that seems to be adopted by the Commission and that these studies reflect. Namely, the CCBE considers that legal services cannot be treated like any other services and the studies do not pay enough attention to the role lawyers play in the administration of justice and the rule of law. The paper includes a series of recommendations and calls on the Commission to change its approach to the regulation of legal services.

Combate ao Branqueamento de Capitais

CCBE preocupado sobre o Pacote de Combate ao Branqueamento de Capitais

Em 8 de outubro, o CCBE apresentou comentários preliminares sobre o pacote legislativo de combate ao branqueamento de capitais (CBC) que a Comissão apresentou em 20 de julho. O CCBE tomou conhecimento da publicação do pacote e manifestou-se com os primeiros comentários preliminares a respeito das propostas. Nestes comentários preliminares, o CCBE reconhece a necessidade de estabelecer regras ABC / CFT eficazes e saúda o objectivo das propostas para harmonizar ainda mais as normas. No entanto, o documento também sublinha a falta de uma avaliação completa do quadro existente, os riscos da supervisão a nível europeu, a importância da auto-regulação e da independência da profissão para garantir o Estado de Direito e o risco de interferência em casos concretos. No dia 13 de outubro, a comissão LBC também se reuniu com representantes da DG FISMA para ouvir a sua apresentação sobre o pacote LBC e para realizar um debate sobre o mesmo.

Participação do CCBE na consulta directa do GAFI (FATF)

Em 16 de setembro, o CCBE foi convidado pelo Grupo de Acção Financeira Internacional (FATF) a participar de uma consulta directa para esclarecimento das Recomendações 18/23 do GAFI. O objetivo deste projeto é que o GAFI esclareça os requisitos sobre Negócios e Profissões Não Financeiros Designados (APNFD) para implementar medidas de combate ao branqueamento de capitais / financiamento do terrorismo em todo o grupo. De acordo com as Recomendações do GAFI, as DNFBPs incluem Advogados, técnicos oficiais de contas, provedores de serviços fiduciários e empresariais, agentes imobiliários, casinos e negociantes de pedras e metais preciosos. O CCBE foi representado pelo Presidente do Comité de CBC, Rupert Manhart, que comentou as questões e reiterou a disponibilidade do CCBE de comentar quaisquer alterações previstas às recomendações do GAFI.

Migration

The CCBE meets with the Council of Europe Special Representative for Migration and Refugees

On 29 September 2021, the Chair of CCBE Migration Committee, Noemí Alarcón Velasco met with the Council of Europe Special Representative for Migration and Refugees, Drahoslav Štefánek to discuss possibilities for future collaboration in order to ensure respect for the fundamental rights of persons seeking international protection, including the right of access to a lawyer. This meeting was also the occasion to discuss the [Council of Europe Action Plan on Protecting Vulnerable Persons in the Context of Migration and Asylum in Europe \(2021-2025\)](#), in particular with regard to its second pillar and the essential role the legal profession has to play in ensuring the respect of human rights and the rule of law through access to justice.



From left to right: : Carolina Lasen Diaz, Legal Advisor at the Office of the Secretary General's Special Representative on Migration and Refugees , Noemí Alarcón Velasco, the Chair of CCBE Migration Committee, Drahoslav Štefánek, the Council of Europe Special Representative for Migration and Refugees and Nathan Roosbeek, the CCBE Legal Advisor

The CCBE becomes member of the Frontex Consultative Forum

On 21 September 2021, the CCBE officially became as a member of the Frontex Consultative Forum. This membership is an excellent opportunity for the CCBE to ensure that the voice of the European legal profession is heard in fundamental rights matters.

Created in 2012, the Consultative Forum brings together key European institutions, international and civil society organisations to advise the European Border and Coast Guard Agency in Fundamental rights matters. The European Border and Coast Guard Regulation, under which the Consultative Forum operates, provides that the Agency and its Management Board should consult the Forum on the fundamental rights strategy, the functioning of the complaints mechanism, the codes of conduct, the common training curricula, and any other fundamental rights matters. The Agency shall also provide the forum with timely and effective access to information concerning the respect for fundamental rights, including by facilitating on the spot visits to its operations, as well as of the follow up to the recommendations made by the Forum. In this regard, on 20 October 2021, the [Frontex Consultative Forum on Fundamental Rights published its eighth annual report for the year 2020](#). More information about the forum and its mission can be found [here](#).



Human Rights

Exchanges with the European Court of Human Rights

On 22 October 2021, the European Court of Human Rights (ECtHR) held for the first time a meeting with the representatives of the National Bars and Law Societies of the Council of Europe member States. This meeting is aimed at creating a broader and more institutionalised dialogue between the ECtHR and the National Bars and Law Societies of Europe in order to better improve the protection of Human Rights through the work of the ECtHR and the important contribution of the legal profession. The event was co-organised with the CCBE and started with the introductory interventions of Robert Spano, the President of the ECtHR, Marialena Tsirli, the Registrar of the ECtHR, and James MacGuill, the CCBE First Vice-President.



The meeting was then divided in three panel discussions with the following interventions:

- The Chair of the CCBE Permanent Delegation to the European Court of Human Rights (Piers Gardner) in the first panel on case-processing efficiency, including impact strategy, prioritisation policy, the non-contentious phase, friendly settlements, and unilateral declarations, shared some of the proposals made by the CCBE in its [position for reform of the ECHR machinery](#).
- The Chair of the CCBE European Convention on the legal profession Working Group (Laurent Pettiti) in the second panel on improving the Court's working methods and communication with applicants and their representatives, addressed the operation of Rule 47 as well as correspondence, during which he shared some of the findings collected by the CCBE in a survey addressed to lawyers on the operation of Rule 47.
- Carri Ginter, lawyer from Estonia and Head of Dispute Resolution & Risk Management at the Sorainen law firm, in the third panel on information technologies, presented the means of communication, and remote access to case-file, and shared with the ECtHR the process of the advanced digitalisation of judicial proceedings in Estonia.

Defence of the defenders

In September and October 2021, the CCBE sent 12 letters and joined several initiatives in support of endangered lawyers in Belarus, China, Iran, Nicaragua, Nigeria, the Philippines, Thailand, Tunisia, and Turkey.

The CCBE also co-signed the following joint statements and press releases:

- Press release by several lawyers' organisations and bars, following the legal Fact-Finding Mission to monitor and observe current mass trials against lawyers in Turkey;
- Joint statement calling for the reinstatement of lawyer Natalia Matskevich and urging the Belarus Bar Association to refrain from using disbarment as a tool of retaliation against lawyers.



All CCBE letters of support to endangered lawyers and other joint initiatives can be consulted on the [CCBE Human Rights portal "Defence of the defenders"](#)

Professional indemnity insurance

On 27 September 2021, the Chairman of the Insurance Committee and representatives of the CCBE had the opportunity to exchange views with representatives of Legal Protection Insurance. The aim was to continue the dialogue initiated in 2019 between the two organisations and to discuss the idea of setting up guidelines for practical solutions in case of difficulties which may arise in the lawyer-insurance-insured relationship. Among the topics discussed, the free choice of a lawyer, the respect of professional secrecy/legal professional privilege and the challenges posed by the increasing use of digital tools were on the agenda. This exchange should continue in the upcoming months.





Upcoming Events

24 NOVEMBER 2021
CCBE - FRA joint webinar

10 DECEMBER 2021
CCBE Plenary Session

10 DECEMBER 2021
CCBE Human Rights Awards Ceremony

CCBE - FRA joint webinar

The [EU Fundamental Rights Agency](#) (FRA) and the CCBE are organising a joint webinar on 24 November from 11.00 to 13.00 (Brussels time). The webinar aims to provide information on the EU Charter of Fundamental Rights and its use at national level, as well as to give information on FRA materials, data base and e-learning courses. More information on the programme and registration is available on the [CCBE website](#).

WEBINAR

FRA resources regarding the
EU Charter of Fundamental Rights

 24 November 2021 |  11.00 - 12.45 (Brussels time)

Event will take place in English - No simultaneous interpretation

[JOIN US](#)



Council of Bars and Law Societies of Europe

The voice of European Lawyers

Rue Joseph II, 40/8 - B-1000 Brussels | +32 (0)2 234 65 10 | ccbe@ccbe.eu
ccbe.eu | [Twitter](#) | [LinkedIn](#) | [Facebook](#) | [YouTube](#)